

3.1.5 Ética hedônica: o reflexo do hedonismo antigo no contemporâneo

Wesley Raphael Doria; Luis Henrique Lodi Zaghi

Ética hedônica: o reflexo do hedonismo antigo no contemporâneo

W. R. DORIA (1); L. H. L. ZAGHI (2)

(1) Graduando do Curso de Licenciatura em Filosofia do Centro
Universitário Ítalo Brasileiro. E-mail:
wesleyraphaelvaga@gmail.com

(2) Mestre em Letras pela PUC (SP) e docente do curso de
Licenciatura do Centro Universitário Ítalo Brasileiro. E-mail:
luis.zaghi@italo.edu.br

COMO CITAR O ARTIGO:

DORIA, W.R.; ZAGHI, L.H.L. **Ética hedônica: o reflexo do hedonismo antigo no contemporâneo**. URL: www.italo.com.br/portal/cepep/revista_eletronica.html. São Paulo SP, v.12, n.1, p. 215-254, jan/2022

RESUMO

O presente trabalho tem a intencionalidade de investigar o fenômeno humano que é a felicidade através do prazer, do bem-estar, buscando compreender a relação ética e hedônica na antiguidade e mais tarde evocada na contemporaneidade. Para tanto, o texto apontará a contextualização filosófica-histórica da transição helenismo e helenística como processo de emergência de filosofias que voltam-se ao hedonismo antigo como elemento que sustentará a evocação do hedonismo contemporâneo. A partir de teóricos como Giovanni Reale e Gianini Ferreira, esta investigação apontará as virtudes da ética epicurista resgatas através do minimalismo, cujo movimento contemporâneo tornar-se-á ética de bem-estar em contramedida ao mal-estar da sociedade moderna.

Palavras-Chave: Hedonismo; Epicurismo; Areté; Ética; Minimalismo; Imperturbabilidade.

ABSTRACT

The present work has the intention of investigating the human phenomenon that is happiness through pleasure, well-being, seeking to understand the ethical and hedonic relationship in antiquity and later evoked in contemporaneity. Therefore, the text will point to the philosophical-historical contextualization of the Hellenistic and Hellenistic transition as a process of emergence of philosophies that turn to ancient hedonism as an element that will sustain the evocation of contemporary hedonism. Based on theorists such as Giovanni Reale and Gianini Ferreira, this investigation will point to the virtues of Epicurean ethics rescued through minimalism, whose contemporary movement will become an ethics of well-being in countermeasure to the malaise of modern society

Keywords: Hedonism; Epicurism; Areté; Éthics; Minimalism; Imperturbable

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir de Diógenes Laércio, historiador e biógrafo da antiguidade grega, a historiografia filosófica antiga é alimentada e construída segundo seus relatos e contribuições de outras idiossincrasias da época, cujas percepções partilhadas enriquecem a investigação da sociedade contemporâneo à luz da civilização antiga. Neste mesmo caminho encontra-se, já no período pós-moderno, Giovanni Reale evidenciando ao público em geral acontecimentos da história da filosofia, sobretudo história da filosofia da antiguidade cujo propósito do historiador é elucidar, com seus comentários, os fatos mais significativos, ou não, das filosofias dissolvidas nas civilizações gregas, com efeito, certamente, a civilização ateniense. Dito isso, este trabalho tem a pretensão de investigar as filosofias voltadas ao hedonismo arcaico, mais especificamente no tempo do helenismo, as quais foram resgatadas no contemporâneo com o intento de demonstrar a multiplicidade e pluralidade de possibilidades de ter a vida aprazível a altura das contingências da sociedade moderna. Em seu livro *“Filosofias Helenísticas e Epicurismo”* Giovanni Reale reavalia os sistemas filosóficos e escolas, como o jardim de Epicuro, assim com Diógenes Laércio avaliou com maior aproximação às éticas helênica e helenística. Essa releitura, com grande escassez de textos de filósofos do período antigo, nos permite, nesta investigação, constatar as semelhanças da ética epicurista diluída na ética minimalista em tempos atuais, e portanto o hedonismo outrora ocorrido, e porventura quase

sepultado, é evocado pelos adeptos ao movimento minimalista para assim fortalecer seu *ethos* ao mesmo tempo que toma distância da gênese do movimento artístico contemporâneo. Quer dizer, originalmente o propósito do minimalismo, segundo o livro “*Minimalismo*” do crítico David Batchelor, estava centrado no preenchimento de espaços domésticos em carácter artístico modular industrial do século XX; no entanto a essência do movimento fora cooptado pelas transições do século XX ao século XXI, ou seja, postumamente aos fatos secular e o fim dos anos 90 houve dilaceramento do profissionalismo, ora fotográfico doméstico, ora expressionismo nas artes plásticas para que assim emergisse a ética minimalista no cotidiano.

Por conseguinte, o presente trabalho tem sustentáculo nos paradigmas da história do hedonismo, seja este na antiguidade nos instantes de ruptura da virtude helênica, Cidadão – Estado, para o desabrochar da virtude helenística, Homem-Indivíduo, seja no contemporâneo em sintonia com a revolução industrial tecnológica e os meios de consumo da sociedade-obsoletismo, isto é, o culto pelo excesso como meio de existência aprazível.

Por isso, assim como ocorrera o aparecimento das filosofias helenísticas em contrassenso as filosofias helênicas há, também, em tempos modernos, o emergir do movimento minimalista como contracultura ao obsoletismo intermitente do hedonismo acessório, haja vista as preocupações e impactos sociopsicológicos ao desenfreamento do consumo para o encontro da vida feliz.

Em consonância a evidenciação do reflexo do epicurismo ao minimalismo levantaremos, como tese, a natureza do hedonismo, posto

que o recrudescimento da *práxis* hedônica está acometida pela natureza da autoconservação do ser vivo humano; isto é, para além das ipseidades das filosofias hedônicas, quer antiga, quer contemporânea, há, irresvalavelmente, um ponto de convergência entre essas, cujo valor será demonstrado como espécie de prolegômeno a problemática da busca do prazer consciente; ou melhor, como inclinação instintiva que enfurece o consciente em instantes de hábitos éticos ao prazer. Consequentemente não há investigação filosófica à ética hedônica na ausência da especulação da natureza da intencionalidade do hedonismo, visto que o estado de *beatitude* conserva, em seu âmago, o debruçamento a perpetuação da existência do homem, pois de outro modo não poderia conceber o *telos* do homem afora da particularidade instintiva da autoconservação.

Para tanto, faz-se necessário enlaçar sob espécie de sustentáculo a obra de Sigmund Freud " *Além do princípio do prazer* ", uma vez que tal texto está direcionado à essência da *hedoné*. Sendo assim, esta investigação demonstrará o rompimento do cosmopolitismo antigo como desencadeador da quebra de paradigmas das filosofias helênicas, e o surgimento como produto cultural desta dissolução às filosofias helenísticas cujas foram resgatadas no contemporâneo para legitimar contrariedade ao *establishment* da sociedade de consumo obsoletismo.

Ademais, a ética hedônica tem o objetivo de respaldar o minimalismo como utilidade social a qual, seguramente, iluminará as afecções contemporâneas ao mesmo tempo que evidenciará sua ética do bem viver. Portanto, nas seções seguintes discorreremos sobre a finalidade da busca pela vida serena em concomitância às

características das filosofias hedônicas antigas reverberadas no contemporâneo como espécie de *telos a ataraxia* da humanidade.

A NATUREZA DO HEDONISMO

Etimologicamente, segundo o “Dicionário de filosofia Nicolla Abbagnano”, hedonismo é a formação da palavra *hedonê* que deriva de *hedon*. Os significantes etimológicos compartilham do mesmo significado, a saber ‘vontade’, ‘desejo’ e principalmente ‘prazer’; a sistematização da palavra tem a intencionalidade de evidenciar o hedonismo através da *psique* e o hedonismo durante o *ethos*, e em que pese a *psique* é fundamental a compreensão de sua origem pelo escrito freudiano “Além do princípio de prazer” . Logo assim, todo ser vivo, segundo Freud, está direcionado a tomar distância do desprazer, posto que todos esse grupos viventes procuram a permanência da vida, isto é, a *autoconservação*. A conservação da vida é alimentada a partir das ações dos instintos; quando este resplandece como objeto de investigação há, indubitavelmente, *substanciação* do prazer pela constância de ausência de desprazer; veja o que nosso autor afirma :

Admitimos sem hesitar que o fluxo dos processos psíquicos é regulado automaticamente pelo princípio do prazer, isto é, acreditamos que esse fluxo seja sempre estimulado por uma direção tal que seu resultado final coincida com uma diminuição dessa tensão, ou seja, com uma evitação de desprazer ou uma geração de prazer” (Freud, lpm, 2018 p. 43)

Consequentemente, o *hedon* dissolvido na espécie humana objetifica a existência aprazível como *telos* da psique, e por isso o *dever* da irracionalidade instintiva à racionalidade cívica é o ponto de intersecção do ato *libidinal*, como mesmo Freud nos aponta. Isto é, a arquitetura psíquica é dividida entre o debruçamento instintivo e o interrompimento cívico moral cujas ações *libidinais* são magnetizadas pela imposição do prazer primário. Portanto, é válido identificar que há

Unifal em Pesquisa, São Paulo SP, v.12, n.1, jan/2022.

conflito entre essas ações, e logo é perceptível que o desejo ao prazer, para o home sapiens, não poderá ser consumado do mesmo modo que outro ser vivente; sendo assim, é razoável deliberar qual prazer é mais relevante, quer dizer, tal deliberação Freud nomeia de *princípio de realidade*, cujo ato deliberativo é o autocerceamento ao consumo do objeto de desejo instintivo, ou seja, o autor em questão confirma que o *princípio de realidade* é o adiamento ao ato aprazível proibido em si em instantes de práxis da civilidade.

Por isso, convém a espécie humana deliberar eticamente o exercício *libidinal* razoável em meio cívico. Contudo, os estímulos psíquicos, segundo Freud, ao se confrontarem com o desprazer iminente pulsam a diminuição da tensão desprazerosa ao mesmo tempo que gera propulsão de excitação como produto da constância aprazível, isto é, um efeito de estabilidade do prazer psicofísico. Ademais, o hedonismo está imbuído nos fenômenos vitais dos organismos cuja instauração dos impulsos é evidenciada; isto é, os fenômenos dos impulsos comportam a intencionalidade de estacionar o prazer como quantidade de excitação suficientemente adquirida para que assim ocorra a autoconservação, porque de outro modo, ou seja, com o aumento do prazer, chegará o desprazer o que é, segundo Freud, *contrafuncional* ao instinto da permanência de vida :

“ O aparelho psíquico se orienta no sentido de manter baixa a quantidade de excitação, tudo o que é capaz de aumentá-la deve ser percebido como contrafuncional, isto é, como desprazeroso.”
(Freud, lpm, 2018 p. 46)

Portanto, ao que tange à natureza do hedonismo constatamos que há debruçamento pela busca do prazer como efeito do *telos* da humanidade, e que a psique, apesar da inclinação instintiva, comporta-se ora interrompendo o consumo do prazer, isto é, adiando-o, e ora imerge no *hedoné* com o intento de autoconservação da existência, porém ao imergir no prazer conduz limite de excitação para que assim mantenha-se no princípio de constância.

Por isso, o *devoir* humano está no sair do hedonismo puramente instintivo e tornar-se hedonismo cívico, o qual é reverberado pelas filosofias hedônicas da civilização grega antiga cujo *ethos* é levado como princípio para a práxis do prazer.

CIVILIZAÇÃO E HEDONISMO ANTIGO

As condições políticas, econômicas e sociais influenciaram o nascimento da civilização helênica, cuja liberdade entre os gregos e a inclinação à prosperidade da *polis* foram os determinantes dessas mesmas condições; não por acaso o princípio essencial aos gregos, sobretudo aos atenienses, era o discurso a respeito da *polis*, isto é, as inferências aos impasses do melhor agir para chegar ao ideal pleno cidadão e o em si mesmo que era o Estado. Quer dizer, não aleatoriamente o homem grego não era apenas homem; mas sim Homem-Cidadão cujo valor principal foi o debruçamento ao horizonte do fortalecimento grego enquanto grandeza sublime do Estado; não

obstante, lembremos do emergir dos interesses Aristocráticos passado pelo Republicano e o chegar do ideal Democrático.

Por conseguinte, os movimentos da civilização grega ao ocidente formaram colônias, as quais arquitetaram os fundamentos culturais do fim ao cabo no território ateniense. Ou seja, as expedições de Alexandre Magno e a conquista do oriente, como afirma Giovanni Reale, revolucionaram a importância das conquistas políticas que implicaram mudanças profundas e reviravoltas do espírito do cidadão ateniense. Consequentemente, tais movimentações ocasionaram o esfarelamento dos valores da *polis* assentadas sob as filosofias platônicas e aristotélicas, enquanto sistematizações do bem agir ao ideal cidadão e o fortalecimento do Estado Grego.

Contudo, inevitavelmente as locomoções de Alexandre O grande foram indubitavelmente necessárias, visto que a expansão de sua “mão invisível” cooptou as influências políticas dos helênicos, sobretudo as inferências políticas advindas da república de Platão e política de Aristóteles, como pretexto de volume do seu poder hegemônico.

Por isso, Alexandre ao dismantelar a estabilidade da *polis* grega impossibilitou a reestruturação das cidades cujos valores atenienses perderam suas raízes, seu sustentáculo que o fortificava. Ademais, o império atravessou as estruturas helênicas destruindo-as e as deixando em ruínas, da qual as essencialidades ao *telos* Cidadão-Estado sofre ruptura para que logo em seguida desabrochasse os valores do *ethos* da vida individual e inclinação a investigação da existência aprazível, isto é, o hedonismo e as escolas filosóficas do período helenístico começarão a mostrar “as garras” as quais fincarão sobre o território

ateniense por via da cultura do indivíduo, e não mais do cidadão; em suma, não há mais ideal Cidadão-Estado, mas sim a luminosidade -- preocupações do viver aprazivelmente à medida do indivíduo.

Seguramente, o emergir do indivíduo, sobreposto a *polis*, foi possível com o interrompimento da espiritualidade Cidadão-Estado, ou seja, perdeu-se as *virtudes* aos engajamentos dos impasses da *polis* as coisas públicas atenienses; as habilidades cívico dos atenienses implodiram deixando-os sem **identidade política** à proporção do Estado, entretanto agora com identidade política ao que tange o indivíduo, quer seja o soldado que se torna mercenário, quer seja o administrador da coisa pública que se torna um sujeito funcional, com desinteresse da política do Estado, para dar lugar à política do indivíduo. Logo, o cosmopolitismo grego fica subjugado pelas transformações do império de Alexandre cuja intencionalidade é alcançada: o **esfarelamento das instituições e valores do grego clássico**.

Dito isso, percebe-se a ruptura no período helênico, Homem-Estado, e a construção e aparecimento na era helenística do Homem-Indivíduo; assim, o homem grego agora é único e não mais fusão com o Estado, em outras palavras: o grego torna-se-á *senhor de si mesmo; senhor do seu valor e destino*; e por isso fica ilustrado o nascimento do indivíduo e a problematização do *ethos* da vida aprazível.

Para tanto, o distanciamento desses dois períodos, estritamente filosóficos, está subordinado a política e ética, cuja distinção entre helênicos e helenísticos, cidadão e indivíduo, encontrar-se-ão na desproporcionalidade, ora política sobre a ética, ora a ética sobre a

política. Quer dizer, à medida que o ideal helênico subordina a ética, o bem agir, e portanto a política dos interesses triviais aos cidadãos consagrados atenienses, os helenísticos enalteceram a ética sobre a política do Estado que será convertida na política do indivíduo. Ressaltamos que a transição da cultura helênica à cultura helenística não estava submetida apenas ao esquecimento dos valores clássicos grego; mas também, certamente, fincado na percepção da existência dos não cidadãos conhecidos como escravos, seja por dívida, seja por seu histórico familiar.

Isto é, a transposição da perda da identidade cidadã ateniense e a enunciação dos povos bárbaros ilumina certo ponto de convergência de cultura, que por sua vez Atenas perderá evidência sob o holofote grego, e Alexandria ganhará maior notoriedade sobre as multiculturas agora entrelaçadas com o advento da helenística.

Além do mais, como **práxis** ateniense das escolas filosóficas na helenística, há erupção de novas filosofias as quais se inclinam ao *ethos* do indivíduo cujo filosofar incluirá todos àqueles antes silenciados pela arquitetura do ideal helênico, vide Giovane reale :

“ A filosofia torna-se efetivamente a fonte da qual o homem helenístico extrai os valores que antes extraía da *polis* e da religião da *polis*: oferece novos conteúdos de vida espiritual, ilumina as consciências, ajuda o homem a viver e lhe ensina como ser feliz mesmo na épica trágica em que vive, na qual todos os antigos valores parecem subvertidos.”

(Reale, volume V, p.11)

Ao que concerne esta nova vida espiritual as filosofias helenísticas tornaram sagrado o objeto de investigação o problema da vida, isto é, o problema de como viver em exercício do **devir** ao Homem-indivíduo feliz; diferentemente o que fora tratado como objeto de investigação filosófico o conhecimento; em outros termos: a investigação filosófica dar-se-á **phorenis** substituindo, em grande medida, o problema *sophia*.

Nesta concepção é possível inferir a filosofia pós-helênica como “ arte de viver”, ou melhor, *sabedoria prática* cuja **práxis** esquematizará o bem viver a partir da vida aprazível diluída na **ataraxia** e **autarquia** do Homem-Indivíduo. Porquanto, o ponto de divergência da helenística aos helênicos é a *sabedoria prática*, isto é, o viver sabiamente a partir do seu sistema filosófico, e não apenas as sistematizações como espécie de enquadramento teórico, assim como proferiram os helênicos nas investigações da *sophia*.

Por este mesmo caminho, ainda, percebemos os viventes e praticantes das filosofias helenísticas como adeptos da convicção da coerência; quer dizer, não simplesmente da coerência lógica no instante da sistematização elaborada; mas sim da sintonização do sistema filosófico com a **práxis** à proporção do **ethos** do indivíduo engendrado na *sabedoria prática*.

Sendo assim, desde o aceno de Giovanni Reale ao observar as escolas filosóficas dos socráticos menores, compactuamos com a afirmação desses homens e do nosso historiador da filosofia quando diz: “ o filósofo é aquele que vive e morre em acordo com seu sistema

filosófico”, ou seja, sistema de ideias e sistema de vida deverão entrelaçar um ao outro.

Ao que foi exposto acima fica evidente que a dicotomia entre *helenismo e helenística*, ora a política da *polis*, ora política do *indivíduo*, é o sustentáculo para entendimento da evolução do hedonismo antigo. Por isso, assim como ocorreu a elaboração das escolas helênicas, platônica-aristotélica, acontecerá, desta vez, o aparecimento das escolas helenísticas, a saber: **Cinismo; Cirenaísmo e Epicurismo**, cujo capítulo, para esta última filosofia, será mais tarde evidenciado. Entretanto, para melhor compreensão, discorreremos as *éticas* do Cirenaísmo e Cinismo.

Ainda acompanhando a percepção histórica-filosófica de Giovanni Reale, ressaltamos a *práxis* aprazível do viver livremente do Cinismo, cujo fundador foi Antístenes, no entanto, segundo Reale, coube maior notoriedade desta escola por outro pensador da época, a saber : Diógenes de Sinope, o qual pôde ser evidenciado a partir de Diógenes Laércio e testemunhos e fragmentos da época como afirma Reale:

“Diógenes nasceu em Sinope e viveu muito tempo em Atenas. As fontes mais antigas dizem claramente que Diógenes era discípulo de Antístenes, cuja fundação da escola está dividida entre : Antístenes fundador do Cinismo teórico e Diógenes do Cinismo prático. A Diógenes são atribuídos numerosos escritos, contudo nenhum chegou até nós.” (Reale, volume V, p.23)

Seguramente, a ética cínica compreende por viver distante da heteronomia da civilização clássica grega, mais especificamente da subjugação ateniense, por isso conhecido Diógenes de Sinope como o Diógenes o cínico, ou Diógenes o cão. Quer dizer, o viver cinicamente é

existir sem horizontes, distante da “régua” comportamental da civilização helênica, vide nosso historiador :

“O parâmetro de vida do cínico é o comportamento do animal interpelado pela razão humana: e o comportamento do animal, se bem entendido pela razão, diz exatamente que quase todas as coisas que o homem busca e faz são determinadas pelas convenções sociais e, portanto, não naturais, supérfluas; um viver sem metas, sem necessidade de casa e morada, e sem confortadas comodidades oferecidas pelo progresso.”

(Reale, volume V, I

Há no Cinismo *deliberação* do comportamento animal a partir da razão; com efeito, a intencionalidade do cínico debruçar-se-á sobre o limite da liberdade do corpo pelo juízo da razão na pretensão **anticultural** da era helênica e suas imposições de comportamento ideal. Sendo assim, o **hedon** dissolvido no Cinismo é a *práxis* da liberalidade do comportamento, isto é, a ausência de conformidade com a política da *pólis* para dar razão a política do *indivíduo* e, portanto, a liberdade do indivíduo comensurado a ética do viver feliz partindo da existência aprazível, cujo sistema filosófico da liberalidade das ações está pela ausência de compromisso com a heteronomidade das afecções da alma e desejos do corpo circunscrito no helenismo ateniense.

Porquanto, a vida hedônica do cínico é o afastamento das afecções supérfluas as quais são o empobrecimento do corpo, sobretudo, da alma quando posta em hábito. Desse modo, a **virtude** no cinismo está no *desprezo do prazer*, visto que esse desprezo é o baluarte para o *ethos* da *autarquia* e **apatia** do indivíduo inserido no Unifalco em Pesquisa, São Paulo SP, v.12, n.1, jan/2022.

Cinismo. Em outros termos, a conjuntura do Cinismo no período helenístico está para o ***bastar-se a si mesmo*** concomitante à subsistência do *soma*.

O contumaz dessa filosofia é a felicidade, ou seja, o ***telos*** como produto da convicção da inutilidade do poder sobre a pólis, posto que o *hedon* advém de dentro e não de fora, e logo a política da pólis se faz desnecessária, ao passo que a política do *indivíduo* é enaltecido pela sua *práxis*, ou melhor, pelo seu *ethos* cínico. Finalmente, para melhor esclarecimento da sistematização do cinismo, embora o homem cínico tome distância do classicismo helênico ao sistematizar, isto é, teorizar, exporemos o seguinte: Há, segundo Giovanni Reale, três pilares que agitam o cínico as ilusões helênicas, a conferir: 1 - *a busca do prazer ou eudaimonia*; 2 - *o apego à riqueza*; 3 - *o desejo de poder*. Ademais, alguns aspectos do Cinismo são semelhantes a outras filosofias helenísticas: Cirenaísmo.

A característica em destaque da era helenística é o ***hedonismo*** sistematizado principalmente em três filosofias diferentes; todavia, complementares ao que tangencia o *telos* da civilização grega antiga. Assim, como foi exposto acima a respeito do Cinismo, seguiremos explanando sobre o Cirenaísmo. Contudo, A *práxis* do Cinismo está direcionada ao descompromisso com a busca do prazer descomedido, isto é, o prazer desmedido.

Porém, por outro lado, o comportamento do homem cirenaico, o adepto ao Cirenaísmo, procura o prazer descomedido como um fim a sua existência; melhor dizendo, a filosofia cirenaica deseja expor a vida aprazível pelo consumo de tudo com intento de desprezo do ***soma*** e

logo despreocupação das causas filosóficas do **anima**. Os fragmentos de relatos absorvidos por Diógenes Laércio, e mais tarde evidenciado por Giovanni Reale, contribui com a identificação do idealizador do Cirenaísmo, ou seja, Aristipo de Cirenaica. Pouca evidência histórica há sobre o cirenaísmo, sobretudo de Aristipo; entretanto o Cirenaísmo não tem a pretensão de tornar-se filosofia com corolários e sistematizações complexas; muito pelo contrário, porém.

Conseqüentemente, Aristipo exerce a existência hedônica pela intencionalidade do melhor instante de prazer, isto é, vive o cirenaísmo como espécie de *prazer em movimento*, segundo Reale. O hedon do indivíduo é o único critério de existir, ainda que esse comportamento venha ser “utilitário” unicamente para o adepto da descontinuidade e descompromisso com o outro, ou seja, sem levar em conta as leis ou as convenções atenienses; vide Reale:

“É lícito roubar, cometer adultério e realizar sacrilégios,mas no momento oportuno; nenhuma dessas coisas é, de fato, torpe por natureza, desde que se tenha removida opinião que subsiste por acordo dos estultos. Abertamenteo sábio fará uso das coisas desejadas por ele sem qualquer hesitação.”

(Reale, volume V, p. 53)

Para tanto, Aristipo propõe a prática do seu hedonismo o seguinte:

1- *o bem é o prazer*; 2- *o prazer é gozo positivo e não ausência de dor*; 3- *o prazer é o do momento*. Com efeito, essas três determinações dão fruto as *virtudes* cirenaica: **a anaídeia e parrésia**. A importância para o cirenaico é viver aprazivelmente a qualquer preço sem apreço, e

por isso o comportamento despudorado, irreverente e sem juízo, é o que Aristipo pretende com o cirenaísmo, isto é, a plena franqueza daquilo que se pensa ao proferir (*parrésia*) e plena libertinagem (*anaídeia*). Por conseguinte, o maior destaque desta filosofia na era helenística com o observar do contemporâneo, é a influência de um dos “discípulos” de Aristipo após sua morte em relação ao *epicurismo*, a conferir: *teodoro de cirene*, cuja estrutura da vida aprazível está dividida em 1- *algum bem*; 2 - *algum mal*; 3 - *algum intermediário*: o bem está na sabedoria e justiça - o mal nos comportamentos contrários - e o intermediário são os prazeres e as afecções.

Indubitavelmente, o Cirenaísmo, após morte de Aristipo, modificar-se-á ao prazer *deliberativo* e não mais ao prazer desmesurado; quer dizer, a **sabedoria prática** no cirenaísmo com a *virtude* de Teodoro é o influenciador da filosofia de Epicuro, sobremaneira, a virtude do hedon via a causa intermediária que tem como efeito **o prazer alcançável unicamente pela sabedoria** e não mais o prazer-sensação, isto é, o prazer do momento. Por fim, a qualidade aprazível do cirenaísmo, quer em Aristipo, quer em Teodoro, são elementos relevantes da evidenciação do *hedonismo antigo*, sobremodo da filosofia Cirenaica que mais tarde, afirmamos novamente, Epicuro constatou como fortalecedor ao sustentar seu sistema filosófico em contra medida ao helenismo platônico-aristotélico.

ÉTICA EPICURISTA

Inicialmente é de suma importância apresentarmos breve história do nosso filósofo em questão: Epicuro nasceu em 341 a.C, na ilha grega de Samos, mas sempre se identificou como ateniense. Em Samos, Epicuro passou a infância e a juventude iniciando os estudos de filosofia com o acadêmico Pânfilo, filósofo platônico cujas lições seguiu no fervor da juventude. Neste período, por volta 323, Epicuro transfere-se para Atenas, a fim de cumprir os dois anos obrigatórios do treinamento militar destinado aos efebos. Seguramente, é em Atenas, capital cultural da Grécia Antiga, que Epicuro irá também encontrar os grandes filósofos ainda em atividade; entretanto, após grandes adventos na capital cultural, Epicuro, em 306, adquire uma ampla casa logo acrescida de um grande jardim, cujo nome mais conhecido como “O jardim de Epicuro”. Seguidamente, nosso filósofo, após sua morte em 270 a.C, deixou-nos sua filosofia hedonista, cujos princípios influenciaram outras tantas filosofias, sobretudo movimentos contemporâneos. Ademais, exporemos seu legado deixado a nós, legado que nos incentiva a viver melhor aprazivelmente, isto é, existir eticamente para o princípio do prazer.

Dissemos na seção precedente que a virtude helênica está direcionada ao alcance dos objetivos do Estado e cidadãos que a compõe, porém diferentemente disso a virtude helenística rompe com o estabelecimento grego platônico-aristotélico, e tal dilaceramento fica mais evidente, em nosso texto, com a ética epicurista na virtude do homem privado. Aversão ao ethos no helenismo é existente nas filosofias helenísticas; entretanto tal aversão a virtude cidadã dos helênicos chega ao ápice com o Epicurismo, cuja filosofia estabelece a práxis ética pelo contínuo progresso do indivíduo e o esquecimento da

política do Estado e, portanto, a política do homem-cidadão. Ressaltamos que antes de explorarmos a sistematização ética do epicurismo façamos uma espécie de iluminação a consagração da escola epicurista, isto é, o jardim.

Quer dizer, acenar a um fato interessantíssimo sobre o jardim, a escola que epicuro ambientalizou: diferentemente das escolas platônicas-aristotélicas, epicuro no jardim dava voz a todos, ou seja, aos não cidadãos, as mulheres, os não livres e sobretudo aos não nobres em relação a “régua moralista” dos helênicos. Dito isso, a riqueza espiritual do epicurismo está nos pontos cegos não vistos pelos helênicos, os quais, os pontos cegos, formam o alicerce do hedonismo epicurista que mais tarde transforma-se-á na ética epicurista.

Para tanto, grafemos com abundante intencionalidade o seguinte: todos os homens, mulheres; escravos e desconhecidos tornar-se-ão iguais em vista da paz de espírito e perfeição *autárquica* que constitui os adeptos ao epicurismo, posto que todos têm direitos que podem alcançar, se assim desejarem.

Seguramente, exporemos a observação epicurista às afecções do *anima* e do *soma*, isto é, a relação de dor e prazer ao que concerne, ora a causa das afecções da alma o corpo, ora a causa das afecções do corpo a alma; para epicuro a tensão entre dor e prazer é o *telos* do homem, todavia o ponto de maior relevância nesta destinação é aquilo que é elegível e evitável, isto é, o princípio de escolha e não escolha estimulando, portanto, o nosso agir; em outras palavras: estímulo a ética.

Naturalmente, o epicurismo está inclinado a aproximação dos prazeres e distanciamento das dores; de outro, entendemos está debruçado como **areté** no hedonismo antigo. Isto é, a virtude dos adeptos ao jardim exercem os valores morais a constância da espécie humana enquanto manutenção da existência através do simples e suficiente.

Portanto, os do jardim, adeptos ao epicurismo, são felizes enquanto a práxis do agir humano ao verdadeiro bem natural que é o princípio e o fim de sua filosofia hedonista. Notavelmente, a relação do Cirenaísmo com o Epicurismo está nas essencialidades do princípio de existir hedonista, ou seja, enquanto os cirenaicos estavam direcionados ao prazer em *movimento*, isto é, prazer que move nosso corpo os sentidos da satisfação dos prazeres; o epicurismo está comprometido com o hedon do *ânima* e do *soma* **castatemático**, quer dizer, prazer na *supressão* de dor e não no aniquilamento da dor, visto que o prazer desenfreado, assim como dissemos preteritamente, acaba por evidenciar-se como outra dor, a dor do excesso, cujo hedonismo cirenaico se aproximava e o hedonismo epicurista toma distância, e ademais repudia. Brevemente, ressaltamos que a relação de dor e prazer entre o *ânima* e o *soma* está no que afirma Epicuro, a saber: “ O corpo sofre só pelo mal atual, enquanto a alma sofre pelo mal presente, passado e futuro.” (Epicuro, carta a Meneceu, p.49)

Logo, a constância do prazer *castatemático* é o supremo bem para os do jardim, adeptos ao epicurismo, posto que a **imperturbabilidade** da alma e do corpo é o instante do supremo

prazer, isto é, se de uma lado há o excesso de prazer que se transforma em dor, do outro há ausência de prazer constante devido a intermitência das fontes de prazer; o que acaba por perturbação do corpo e da alma.

Por isso, já sabido o meio é a virtude, o meio é o *supremo bem*, e para tanto Epicuro constata o supremo prazer feito, novamente colocamos, imperturbabilidade do ânima e do soma na constância do hedon sem tirar ou colocar. Com efeito, constatamos que a desproporcionalidade da interação corpo e alma enquanto prazer, no epicurismo, é prevalecer o hedonismo da alma sem perturbação em relação ao corpo na supressão do desconforto.

Consequentemente, lembramos que o Epicurismo enaltece o prazer da alma, diferentemente do que ocorre com os cirenaicos que desprezavam a alma para mover o corpo ao imergir nos prazeres descomedidos.

Por conseguinte, a ética epicurista está melhor evidenciada em uma das cartas que Epicuro escreveu aos seus discípulos, isto é, a Meneceu ou sobre a felicidade. Contudo, antes de discorrermos sobre lembramos o seguinte: *o hedon em Epicuro é a existência na **quietude**, ou seja, o prazer catástemático na convergência do não sofrimento do corpo, **aponía**, com a não perturbação da alma; a tranquilidade e quietude que garantem a vida feliz.* Não obstante isso, a carta a Meneceu tem a intencionalidade de observar a conduta humana ao *telos* da saúde do espírito, como escreve Epicuro.

Claramente, portanto, a carta a Meneceu é a extensão da evidenciação do epicurismo praticado no jardim, cuja filosofia é um

Unifalco em Pesquisa, São Paulo SP, v.12, n.1, jan/2022.

convite a prática do hedon catastemático, isto é, a busca da vida feliz extra territorial grega, a qual o epicurismo abre-se de tal maneira que seu legado está incrustado no telos da humanidade.

Ou seja, o hedon é o princípio inato pela busca da vida feliz na utilização da razão nos instantes de prática das virtudes; em outras palavras, as virtudes epicuristas impregnadas na carta é a sabedoria prática, **phrónesis**, prudência e aponía do corpo concomitante ao estado catastemático da alma.

Por isso, Epicuro reforça sua filosofia na carta a Meneceu afirmando:

“Quando então dizemos que o fim último é o prazer, não nos referimos aos prazeres dos intemperantes ou

aos que consistem no gozo do sentido, mas ao prazer que é ausência dos sofrimentos físicos e de perturbações da alma”

(Epicuro, carta a Meneceu p.43)

Finalmente, com efeito a nossa observação, a ética epicurista tem sua práxis sobretudo na sua virtude suprema: a sabedoria, a phrónesis. Sendo assim, a sabedoria prática no hedonismo de Epicuro fica concreta em três classes de prazeres: *Prazeres naturais e necessário - Prazeres naturais, mas não necessários - Prazeres não naturais e não necessários*. Dito isso, o ascetismo epicuriano é exercido na **autossuficiência** do indivíduo na era helenística; entretanto, contrariamente ao cirenaismo, Epicuro distingue as classes de prazeres desenvolvendo-os: - Prazeres naturais e necessários :

“São unicamente os prazeres estritamente ligados à conservação da vida do indivíduo, os únicos que verdadeiramente trazem benefício, enquanto

tiram a dor do corpo.” (Reale, volume v, p. 213)

O reflexo do hedonismo antigo no contemporâneo, enquanto cirenismo, tem grande aproximação com a sociedade contemporânea e o consumo desenfreado, cujo hedon é fugir do obsoleto e acompanhar os estímulos, as tendências, do prazer intermitente da existência industrial. Paralelamente a isso, Epicuro nos acena os prazeres não necessários, a saber:

-Prazeres naturais, mas não necessários: “São todos os desejos e prazeres que constituem as variações supérfluas dos prazeres naturais: comer bem, beber bebidas refinadas, vestir-se de modo elegante.” (Reale, volume v, p. 214) -Prazeres não naturais e não necessários: “Epicuro punha os prazeres vãos como todos os prazeres ligados ao

desejo de riqueza, poder, honras e semelhantes.” (Reale, volume v, p.214)

Por fim, consideramos a ética epicurista como prolegômeno do assunto do bem viver, visto que sua filosofia hedonista está na esfera da autossuficiência, cujo aspecto filosófico reflete nos movimentos contemporâneos os quais, por sua vez, resgatam as filosofias antigas para o despertar da ética social, isto é, a evocação do epicurismo nos tempos atuais é o sustentáculo da ética da sociedade do consumo, e por isso, ora prazer pelo consumo desmedido, ora prazer constante, catástemático. Para tanto, caberá a ética hedônica atribuir a valoração da melhor existência aprazível.

SOCIEDADE E HEDONISMO CONTEMPORÂNEO

Ao cabo do capítulo precedente daremos um salto temporal e territorial para melhor apresentar nosso intento neste trabalho. Para tanto, como havíamos dito, as movimentações de conquista territorial na antiguidade vibrou outros territórios os quais emergitam novas filosofias, assim como ocorrera com a helenística. Seguidamente, com a evolução econômica, saindo da antiguidade e adentrando no período medieval, deparamo-nos com o feudalismo e seus processos econômicos que sofre mutação e chega ao mercantilismo, e este, por sua vez, com as navegações, resulta no elemento da existência pelo capital. Por conseguinte, dado esse breve panorama econômico, introduziremos os principais aspectos da era industrial já posta em meados do século XVIII, mais especificamente entre 1760-1850.

Consequentemente, segundo Francisco Iglésias na sua obra “A revolução industrial”, com o avanço da agricultura segue-se a manufatura a qual, acometida por novas tecnologias, descobre a maquinofatura. Quer dizer, as tecnologias que acometeram a manufatura, certamente, apontadas por Francisco Iglésias, são: *a comercial; a agrária e intelectual.*

Notadamente, essas tecnologias foram as grandes influenciadoras de mudanças, isto é, revoluções que desencadearam sustentáculo ao industrialismo, a saber: primeiramente, a revolução comercial pelo fator econômico *mercantilismo*; em segundo aspecto, revolução agrária que fazia seus movimentos econômicos através da plantação à pastagem,

cujo objetivo partiu da agricultura para alcançar a industrialização com mais produtividade e racionalidade.

Com efeito, os plantadores tornar-se-ão operadores, maquinistas com salário pouco, ou nada, atrativo; nesse sentido os primeiros passos da era industrial formaram uma fortificação sólida da qual desenvolveu-se economicamente pelo elemento de mercado, isto é, tudo tem de ser adquirido, e para isso acontecem locomoções do campo aos centros urbanos, ou seja, deixou-se de viver em campos livres para ocupar e desenvolver núcleos urbanos. E por último a revolução intelectual que ocorrera através da mudança de mentalidade, mudança esta ao abandonar a posição tradicional do pensamento dominante na antiguidade e período medieval. Em outros termos, o efeito das revoluções citadas por Iglésias, sobretudo a revolução intelectual, produz o industrialismo, cuja identificação está no produzir mais, vender-se mais e, portanto, consumir mais, os quais entrelaçados formam a lógica da sociedade de consumo que estruturará o hedonismo na sociedade contemporânea.

Sendo assim, a “Revolução Industrial” de Francisco Iglésias nos permite dar o primeiro passo como elemento de esboço ao significado do fenômeno da sociedade contemporânea e seu *hedonismo desmedido*, isto é, industrialização em massa ou massificação industrial. Com este sustentáculo a nossa investigação tende a penetrar mais fundo no fenômeno filosófico da sociedade de consumo, ou seja, ao identificarmos a causa do século industrial chegaremos ao efeito desta industrialização.

Porquanto, Segundo René Dumont em “A sociedade de consumo”, a característica da era de sociedade de consumo é a transfiguração de

objetos em status de existência social. Haja vista que o intento do progresso humano industrial aponta o aumento do bem-estar social como pretexto para a massificação de objetos como utilitário ao homem.

Em outras palavras, o superconsumo das sociedades industriais é mecânica do hedonismo desmedido contemporâneo, em que pese a dilapidação humana para extrair produção. Conseqüentemente, para René Dumont, o atrativo do industrialismo é, afirma o autor:

“A situação histórica da sociedade de consumo poderia fixar-se no momento em que o homem se efetua a conversão de uma psicologia de segurança-baseada nas reservas e nos objetos que não duram toda uma vida- na psicologia de segurança

de poder mudar continuamente de objetos e poder repor as reservas consumidas, de modo que esta sucessão seja possível enquanto viva”

(Dumont, a sociedade de consumo, p. 24)

Portanto, a lógica da sociedade de consumo se faz, ora pelo fator de segurança, ou psicologia da segurança, ora pelo aspecto da garantia de status social. No entanto, silenciosamente, caminha com este fenômeno de produção industrial o obsolescência, isto é, a sociedade de consumo tem o fator econômico-social e outro psicológico, segundo René Dumont; em primeiro plano, o fator econômico-social apresenta-se quando o consumo implica transgredir o limite da necessidade e transpor-se na intencionalidade de se construir o excesso. De outro modo, o fator psicológico está na torção psicológica do inalcançável. Logo, o obsolescência, isto é, a produção em massa composta pela estrutura da necessidade do novo imediato, tanto psicologicamente, quanto, sobretudo, industrialmente.

Concomitantemente, o avanço do consumo, quer pela demanda, quer pela oferta, começa a criar disposições de produção para outros direcionamentos de industrialização e consumo, quer dizer, *a publicidade é usada como elemento de vértebra* para sustentar todo o paradigma do hedonismo da contemporaneidade.

Em “a sociedade de consumo” o autor nos acena afirmando que o automóvel é o típico objeto da sociedade de consumo entre os anos 40 e 60 do século XX; entretanto, a publicidade avança e direciona outros meios de extrair o consumo, seja pela sexualização do objeto atrás pela sua estética, seja pelo seu aperfeiçoamento que exala poder e atraí. Com efeito, os objetos na sociedade de consumo são puros ilucionismos do prazer; do bem-estar.

Ressaltamos, portanto, que a psicologia do objeto que René Dumont apresenta é o elemento, é o cerne, da publicidade da industrialização; e por isso a massificação industrial permite que o proletário diante do capitalista acesse meios de consumo antes desconhecidos; por outro lado, a exclusividade anterior do produto industrial perde-se e logo, pela lógica de produção, novo direcionamentos de extrair consumo manifesta-se e com isso cria-se novo exclusivismo, isto é, exclusividade de consumo em detrimento de exclusão da classe proletária.

Quer dizer, René Dumont nos relata que a indústria se submete a demanda ao priorizar produção direcionada ao público exclusivo, produzindo por via de desenho industrial novos objetos com persuasão invisível; fazendo assim, a acessibilidade restrita como objeto de desejo

e, portanto, a qual implica unicamente ao desvelamento do elitismo da sociedade de consumo.

Chega-se, portanto, na sociedade da abundância que é constituída, ora pelo consumo como ascensão social, ora (permanência em exclusividade na elite da vida para o consumo.

Por conseguinte, dado o panorama de consumo, quer através da ascensão social, quer por exclusividade elitista, emerge, segundo René Dumont, um novo direcionamento de consumo que não vê a ascensão social pelo consumo fator último de existência, e tampouco a exclusividade da elite como opção; mas sim apresenta a indústria, ou seja, aos meios de produção, a junção do novo e do velho como novo elemento de consumo. Dentre os termos, até aqui o que René Dumont nos apresenta é o progresso horizontal da industrialização ao que tange o ponto de partida da transição da manufatura a maquinogatura, e, sobremaneira, o aperfeiçoamento da produção em resposta as demandas de consumo que, ora fabrica pela necessidade essencial, ora fabrica pelo excesso em vista da lógica da psicologia de consumo quando põe em evidência o hiperconsumo como normalm, que por sua vez elenca o obsoletismo cujo comportamento pelo excesso produz a sociedade da abundância.

Dito isso, a industrialização se submeterá à lógica de consumo, desta vez, psicologicamente, pelo objeto de consumo inalcançável; isto é, a materialização industrial da mudança de mentalidade, qual seja: distanciamento dos objetos de produção em massa, ou seja, a produção do sutil, do mais caro com valor de “sublimidade”, ou melhor dizendo, a produção de objetos

exclusivamente desenhados industrialmente para uma elite intelectual silenciosa em contrariedade a outra elite, isto é, elite da abundância e, sobremaneira, da industrialização popular em massa.

Portanto, Dumont observa um novo produto industrial, ainda exclusivo, emerge com demandas de fabricação de objetos que refletem ideias, ou seja, produtos de consumo menos extravagantes e mais estéticos com semântica de intelectualidade em contrariedade ao que concerne a industrialização de massa ou obsoletismo que visa o excesso como virtude. Claramente, se um lado industrial está inclinado pela *maximização* do consumo, do outro está a *minimização* do consumo, isto é, emerge o movimento de produção industrial **minimalismo**, cujo propósito está, novamente, pelo distanciamento da industrialização em massa ou obsoletismo.

Logo assim, ao que concerne a sociedade e hedonismo contemporâneo é a progressão dos meios de produção ao limite do consumo desmedido, cuja intencionalidade industrial implicou divisão da sociedade, quer no intento de consumo pela ascensão social, ou seja, consumir para ascender socialmente, quer o consumo em abundância, através da elite industrial, que sustenta o entrelaçamento estamental da sociedade para o consumo.

Ademais, a sociedade da abundância e o obsoletismo industrial perderam suas disposições do consumo racional, e por isso, novamente, emerge o movimento minimalismo como espécie de contracultura ao status quo desmedido. Inesgotavelmente, a sociedade contemporânea se aperfeiçoa e cria outros meios de consumo, entre os quais daremos ênfase na próxima seção ao Minimalismo.

ÉTICA MINIMALISTA

Precedentemente, o minimalismo fora apresentado no aspecto de demanda industrial, isto é, minimalismo industrial. Contudo, segundo Kenneth Baker em “ Minimalism: Art of circumstance” anterior essa industrialização há o *minimalismo primitivo* que, com certeza, norteou o mercado da minimalização.

Quer dizer, a origem do movimento minimalismo, ou minimalismo primitivo, tem referência aos anos 1950 e início de 1960 em Nova York alçada, indubitavelmente, no movimento artístico **expressionismo abstrato** de Jackson Pollark e Willian de kooning, cuja intencionalidade artística emergem da contracultura a sociedade de consumo dos anos 40 e a massificação industrial do automóvel. Com efeito, o Minimalismo é sustentado em tríade, a saber: mininalismo primitivo, minimalismo industrial e minimalismo ético.

Consequentemente, o minimalismo primitivo é concebido em esfera da gênese do movimento atual. Vale ressaltar que essa característica de primitivo, segundo Baker, está posta por ser o primeiro fragmento a surgir dentro da tríade, e ademais lançada ao mercado artístico do abstrado como enfervescência as contrariedades da hiperindustrialização dos anos 40.

Por sua vez, como já mecionado na seção precedente, a industrialização absorve o minimalismo e o apresenta como produto a consumir pela elite intelectual, isto é, apresenta-se o mimalismo

industrial, cujo propósito é responder a outra elite, sociedade da abundância, a possibilidade de materialização de ideias abstratas, segundo afirma Daniel Marzona em “ Minimal Art”.

Em outro momento, após a edificação do minimalismo industrial, ocorre seu limite de produção, uma vez que tal movimento tem o propósito de divergir do obsoletismo e a sociedade de consumo pela abundância. Para tanto, segundo Gianini Ferreira em “ Mente minimalista”, o mimalismo não poderia limitar-se, ora como representação artística, expressionismo abstrato, no minimalismo primitivo; ora como produto a consumir no minimalismo industrial; mas sim ser adaptado como estilo de vida ou *filosofia da existência*, ou ainda melhor, como ética da existência em meio a outras tantas existencias desmedidas.

Logo assim, o Minimalismo sofre mutação e é adaptado como vida para o *bem-estar*, ou bem viver apazivelmente. Frente ao fenômeno da complexidade da da sociedade de consumo e a alienação da sociedade da abundância, o Minimalismo nessa tríade – minimalismo primitivo – minimalismo industrial – minimalismo ético evoca princípios éticos de existência antes já praticados como aspecto *utilitário* em contrariedade a virtude do excesso e o desgaste social.

Portanto, assim como ocorrera na antiguidade entre o helenismo e a helenística, no esfarelamento das instuições helênicas e, perda de identidade ateniense, e o aparecimento do epicurismo; há o emergir da ética minimalista como fundamento de bem-estar em contrariedade ao esfarelamento do homem contemporâneo através do hiperconsumo industrial. Quer dizer, o Minimalismo está para a minimização do

consumo e valorização da alma, diferentemente o que acontece na sociedade da abundância com a maximização do consumo e desvalorização da alma. Com efeito, a ética minimalista, segundo Gianini Ferreira, racionaliza o consumo em prol ao bem-estar social, sobretudo, ao bem-estar do indivíduo enquanto vida aprazível. Não obstante, a ética de Epicuro é evocada pelo minimalismo através do princípio do prazer *catastemático*, isto é, do prazer pela constância e equilíbrio. Ademais, os elementos que compõem a ética minimalista voltam-se a máxima epicurista : “Não precisamos de nada além daquilo que precisamos” (Epicuro, carta a Meneceu, p 26)

Em outros termos, o Minimalismo, assim como o Epicurismo, voltam-se ao essencialismo de consumo para bem existir, ou melhor, para suficientemente bem existir o minimalismo exerce sua práxis ética pelo ato de imperturbabilidade da alma e quietude do corpo, assim como ocorrera no epicurismo; ou seja, a evocação do epicurismo da antiguidade aos tempos modernos não houve perda de sua ética e, portanto, de sua filosofia.

Consequentemente, a autossuficiência é outro elemento despertado no minimalismo, isto é, o autor de “ Mente minimalista, Gianini Ferreira” nos acena a racionalização do consumo como causa para o efeito da autossuficiência, imperturbabilidade da alma e quietude do corpo. Logo assim, o Minimalismo tem a prudência como principal virtude, uma vez que essa ética contemporânea executa a *racionalização do consumo*.

Finalmente, a intencionalidade da ética minimalista propõe a racionalização do consumo e, por sua vez, a minimização do consumo

cujo valor encontra-se na contramão dos prazeres desmedidos ou desnecessários. Para tanto, segundo Gianini Ferreira, a ética minimalista pauta-se pela práxis dos seguintes valores éticos, a saber: *racionalização do consumo; autossuficiência; minimização da intenção de consumo; quietude do corpo; tranquilidade da alma, ou imperturbabilidade da alma*. Com efeito, os princípios éticos do minimalismo são, novamente, evocados do epicurismo como elemento único ao bem agir, em instantes de consumo na sociedade da abundância, para bem viver no bem – estar excelsa a vida aprazível ou existência hedônica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ora, o intento das seções apresentadas precedentemente é, certamente, responder a uma pergunta que é o cerne desta investigação filosófica: *é possível especular, epistemologicamente, a supra semelhança entre o epicurismo e minimalismo?* Indubitavelmente sim! O trabalho em questão apresenta, por via da contextualização filosófica-histórica, isto é, filosofia da história; como elemento principal para fundamentar a existência dessas duas filosofias, quer o Epicurismo na antiguidade, quer o Minimalismo no contemporâneo.

O sustentáculo da investigação pauta-se através dos fenômenos hedônicos no decorrer na história do pensamento, sejam estes hedonismos do corpo, sejam hedonismos da alma. Por fator filosófico, nosso texto inclina-se ao hedonismo da alma, e por isso, uma vez que

alma é constituída da razão; alcançamos o princípio da deliberação, e esta, por sua vez, chega a ética. Logo, o mais evidente em nosso trabalho é apresentar, por via de comentadores, assim como Geovanni Reale, o hedonismo ético, ou seja, ética hedônica.

Portanto, apresentamos as escolas hedônicas, cujas voltaram-se aos princípios da *eudaimonia* na antiguidade, isto é, o epicurismo finca sua filosofia sustentada através da ataraxia e, concomitante a isso, ao bom *espírito* e bem-estar. Para tanto, assim como já apresentamos preteritamente, a virtude hedônica do epicurismo é a *imperturbabilidade da alma* a qual, por sua vez, elenca a autossuficiência, o bastar-se a si mesmo e, porventura, o ascetismo através da quietude da alma e do corpo.

Seguidamente, a partir do historiador da filosofia Giovanni Reale, pinçamos os elementos que compõem a ética de Epicuro e, ademais, evidenciamos a partir de Gianini Ferreira o evocar desses mesmos elementos no Minimalismo já no contemporâneo cujo valor de virtude reflete o mesmo prazer catastemático no epicurismo. Com efeito, em segundo ponto, as éticas apresentadas, ora ética epicurista, ora ética minimalista, fundamentam a práxis do sujeito *homo* em instantes de exercício da sua virtude hedônica.

Quer dizer, a *areté* hedônica é um ato de potencia enquanto prudência e, sobremaneira, ato da phroneses enquanto ethos. Sendo assim, o sujeito em práxis da ética hedônica na antiguidade busca a continência dos prazeres, isto é, a racionalização do bem-estar e quietude do espírito, enquanto distancia-se da incontinência, ou seja, o desvirtuamento. Conseqüentemente, o reflexo dessa práxis é evocada

no contemporâneo, e por isso, o sujeito inclinado a ética hedônica tende a mesma racionalização do prazer, ou melhor, do bem-estar enquanto bem viver. Finalmente, o sujeito contemporâneo busca a vida feliz a partir da fórmula do hedonismo utilitário, visto que este, diferentemente da civilização antiga, está inserido na sociedade moderna a qual está entrelaçada aos interesses populares.

Por isso, o princípio da felicidade em contramedida a sociedade da abundância, do excesso, é a virtude minimalista através da sua ética hedônica cujo propósito é o ato utilitário da racionalização do consumo, isto é, o telos humano adaptado a modernidade como fonte de *beatitudo* da existência.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES, *Ética a Nicômaco*. Tradução e notas: Luciano Ferreira de Souza – São Paulo; Editora Martin Claret, 2015.

BAKER, Kenneth. *Minimalism: Art of Circumstance*. Abbeville Press; 1st edition, 1988.

DUMONT, René. *A sociedade de Consumo*. Tradução de Costa vieira e Irineu Garcia. SALVAT EDITORA DO BRASIL, S.A – Rio de Janeiro, 1979.

EPICURO, *Carta a Meneceu*. Tradução de Álvaro Lorencini e Enzo Del Carratore. São paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, Gianini. *Mente minimalista*. 1º edição. Editora Évora, 2020.

MARZONA, Daniel. *Minimal Art*. Editora Taschen; 1º EDIÇÃO, 2020.

MILL, John Stuart. Utilitarismo. Tradução texto integral de Rita de Cássia Gondim Neiva. Editora ESCALA, 2007.

REALE, Giovanni. História da filosofia grega e romana, vol V: filosofias helenísticas e epicurismo. Tradução Marcelo Perine – São Paulo: Edições Loyola, 2017.